

NOVIDADES LEGISLATIVAS

Edição de 25 de abril de 2023



Nesta edição:

- **Grupo de Trabalho discute a reforma tributária sob perspectiva da economia verde**
- **Grupo de Trabalho de digitalização e desburocratização debate a execução da transformação digital da administração pública brasileira**

Grupo de Trabalho discute a reforma tributária sob perspectiva da economia verde

O **Grupo de Trabalho sobre o Sistema Tributário Nacional (PEC 45/2019)** se reuniu hoje para debater a reforma na ótica da economia verde.

Gustavo de Marchi, Consultor Jurídico da **Associação Brasileira das Empresas Distribuidoras de Gás Canalizado – ABEGÁS**, acredita que o novo modelo de reforma tributária que está sendo discutido dá sinal adequado quanto ao desenvolvimento do país para a sociedade, bem como aponta o gás natural como o combustível principal da transição energética. Nesse sentido, defende a essencialidade do referido insumo.

Rodrigo Petry, Especialista em Direito Tributário e Advogado do **Instituto Nacional da Reciclagem – INESFA**, esclarece que o Instituto se posiciona favoravelmente à reforma tributária sobre o consumo e aponta sugestão quanto a tratamento diferenciado para setores e produtos com menor impacto ao meio ambiente. Entende que a reforma em questão tem a capacidade de corrigir distorções ao desonerar a venda de resíduos reciclados, conferir incentivos às indústrias na aquisição de insumos reciclados ao diminuir alíquotas na saída do produto pronto.

Mozart Rodrigues Filho, Gerente Jurídico e Tributário - Diretoria Executiva de Downstream – **Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP)**, representando o **Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes – Sindicom**, esclarece que os princípios perseguidos pelo setor são a isonomia tributária, a transparência, a simplificação, a previsão para tributação dos novos combustíveis associados a transição energética e a diferenciação da tributação somente na carga tributária e não no regime tributário. Nesse contexto, defende a manutenção da sistemática monofásica na reforma com o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). Portanto, entre os pontos defendidos, pleiteiam a monofasia do IBS e da Contribuição Social sobre Bens e Serviços com alíquotas uniformes em âmbito nacional e o tratamento claro aos saldos credores acumulados apurados no regime anterior.

Dentre os convidados, apresentaram também **Denise Lucena Cavalcante**, P.h.D. em Direito, **Procuradora da Fazenda Nacional e Tutora do Centro Interamericano de Administraciones Tributárias – CIAT**; **Tatiana Falcão**, Coordenadora da temática de precificação de carbono na Coalizão de Ministros da Fazenda para Ação Climática, do **Banco Mundial**; **Bráulio Borges**, Mestre em Teoria Econômica e Pesquisador do **Instituto Brasileiro de Economia - FGV IBRE**; e **Cristina Frões de Borja Reis**, Doutora em Economia e Subsecretária de Desenvolvimento Econômico Sustentável da **Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda**.

Amanhã (26/04) será realizada audiência de análise da reforma sob a perspectiva da **economia digital**.

Grupo de Trabalho de digitalização e desburocratização debate a execução da transformação digital da administração pública brasileira

O **Grupo de Trabalho de Digitalização e Desburocratização**, coordenado pelo **Deputado Orlando Silva (PCdoB/SP)** e relatado pelo **Deputado Julio Lopes (PP/RJ)**, reuniu-se hoje para tratar de **execução da transformação digital da administração pública brasileira**.

Francisco Gaetani, Secretário Extraordinário para a Transformação do Estado do **Ministério da Gestão e da Inovação**, iniciou o debate destacando que, com o reconhecimento da importância da gestão pública e da inovação, criou-se pasta ministerial voltada exclusivamente aos temas. Dessa forma, se potencializou a discussão sobre a necessidade de sistematização de práticas que visem a transformação digital de Estado, principalmente, entre os entes federativos, sendo eles i) o aprimoramento das relações federativas e intergovernamentais na implementação de políticas públicas; ii) a promoção da inclusão e equidade sociais; iii) os recursos aplicados à estrutura e aos servidores; iv) a transparência ativa dos serviços públicos; e v) a utilização de imóveis públicos atualmente sem uso social. Gaetani destacou, ainda, a importância de as formulações e implementações de políticas envolverem o Ministério do Planejamento e Orçamento e o Ministério da Fazenda.

Pedro Helena Pontual Machado, Secretário-Executivo Adjunto da **Casa Civil da Presidência da República**, enfatizou que é necessário o debate para articulação de uma estratégia nacional da transformação digital que enseje o conhecimento do usuário do serviço para melhores estratégias de soluções de demandas cidadãs, fomentando, assim, um sistema retroalimentativo de informação entre administração e usuário. Ressaltou que a inovação necessita tolerar riscos, isto é, compreender que erros são imprescindíveis para o aprimoramento do serviço.

Emerson Souto, Consultor de Inovação da **Confederação Nacional dos Municípios**, discorreu sobre a importância de se pensar nas facilidades e desafios próprios de cada município, bem como no alinhamento de capacidade instrumental de implementação municipal das políticas de digitalização. Desse modo, as principais questões a serem avançadas dizem respeito i) à falta de estrutura de gestão em Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC); ii) à governança participativa; iii) à conectividade de diálogo entre os órgãos públicos no compartilhamento de dados – abertos – e tecnologias; iv) ao planejamento em TIC alinhado às políticas estratégicas; v) à interoperabilidade de sistemas; vi) à integração da infraestrutura de serviços urbanos (energia, saneamento, etc) à infraestrutura de TIC; vii) à adequação à legislação por parte dos municípios; e por fim, viii) à qualificação dos agentes públicos e do cidadão para o uso das tecnologias. Em sua conclusão, Souto reforçou que esses progressos precisam balizar-se ao acesso à rede de comunicação local e o letramento digital da população.

Rogério Souza Mascarenhas, Secretário de Governo Digital do **Ministério da Gestão e da Inovação**, informou que, até o final deste ano, o Ministério pretende formular, de forma participativa, documento pelo qual os entes subnacionais devem se orientar para a condução de política de digitalização de serviço público. Apontou objetivos estratégicos para que o novo Governo defina parâmetros estruturantes à transformação digital, entre eles i) a consolidação e expansão da plataforma gov.br, bem como de sua identidade; ii) o estabelecimento da Infraestrutura Nacional de Dados; e iii) o fortalecimento da maturidade e resiliência em privacidade e segurança da informação. Por fim, Mascarenhas apontou a importância das *startups* na potencialização da inovação e do aprimoramento dos serviços.

Juliano Brito da Justa Neves, Subsecretário de Gestão Corporativa da **Receita Federal do Brasil**, esclareceu que as políticas públicas voltadas aos cidadãos são mais eficazes, citando como exemplo o progresso, para a Receita Federal, que as assinaturas eletrônicas ofereceram ao aumento das pré-preenchidas de declaração de Imposto de Renda. Neves concluiu que são necessárias estratégias que visem a mesma acessibilidade ao usuário

nos serviços públicos prestado digitalmente, por meio de alfabetização digital e infraestrutura de telecomunicações.

A **Deputada Carol Dartora (PT-PR)** reforçou a necessidade da promoção do acesso e da inclusão em todos os sentidos à população brasileira. Dessa forma, mencionou a relevância e a urgência de uma infraestrutura adequada. Por fim, mencionou que as **temáticas são extremamente ligadas à necessidade de uma Reforma Tributária**.

Fabício Barbosa, Presidente do **Conselho Nacional dos Secretários de Estado da Administração/CONSAD**, expôs a importância da discussão sobre o compartilhamento de ideias e informações desafios de cada Estado, visando a melhor interoperabilidade entre os entes federativos, bem como a equiparação da prestação entre as regiões.

Por fim, **Amanda Mesquita Souto**, Diretora-Executiva do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração do **Ministério do Desenvolvimento**, discorreu sobre a importância da modernização da Junta Comercial e dos seus instrumentos, passando do registro em papéis à digitalização, contudo, informou que o Ministério entende que são necessários diálogos maiores com os órgãos envolvidos na abertura de empresas e da administração pública federal, tendo em vista que os instrumentos digitais não são disponíveis para todos, principalmente, aos pequenos empreendedores. Para isso, Souto concluiu que são **indispensáveis as atualizações de normas que visem à desburocratização e à simplificação de procedimentos que representam dificuldades aos empreendedores**.



Veja mais

Acompanhe o dia a dia dos projetos no LEGISDATA:
www.legisdata.cni.com.br

NOVIDADES LEGISLATIVAS | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – CNI | Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação técnica: Marcos Borges | Editoração: COAL | Supervisão gráfica: Coordenação de Divulgação CNI/CCI/GPC | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF (61) 3317.9000 | www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA